

Hierarquia dos atos normativos (direito interno)

Atos legislativos:

1 - Constituição - leis constitucionais (CRP – artigos 166.º, n.º 1 e 286.º, n.º 1). Carecem de aprovação por maioria qualificada de dois terços dos deputados em efetividade de funções.

2 - Leis que carecem de maioria qualificada de dois terços dos deputados presentes desde que em número superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções (CRP – artigo 168.º, n.º 6).

3 – Leis orgânicas (CRP – artigos 166.º, n.º 2 e 168, n.º 5). Carecem de aprovação da maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções em votação final global.

4 – Outras leis que, por força da Constituição, sejam pressupostos normativo necessário de outras leis, ou que por outras devam ser respeitadas (CRP – artigo 112.º, n.º 3).

5 – Outras leis incluídas na reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República (CRP – artigo 164.º).

6 – Leis de autorização legislativa (CRP – artigo 165.º).

7 – Outras leis¹ e decretos-leis (CRP – artigo 112.º, n.º 1).²

7-A – Decretos legislativos das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (CRP, artigos 112.º, n.º 1 e 227.º)

Regulamentos:

Governo [CRP, artigo 199, c)]: decretos regulamentares; portarias; despachos normativos.

Governos das regiões autónomas [CRP, artigo 227.º, d)].

Autarquias locais (CRP – artigo 241.º).

¹ Inclui leis que possam decorrer da Apreciação Parlamentar de Atos Legislativos (CRP, artigo 169.º).

² Os decretos-leis publicados ao abrigo de autorizações legislativas devem respeitar as respetivas leis de autorização.